

CNFCP – Inventário Nacional de Referências Culturais

Relatório de viagem a campo

Angra dos Reis, RJ – 14 a 19/11/03 e

Guaratinguetá, SP – 20 a 25/11/03

Pesquisadora: Rita Gama Silva

Chegando a Angra dos Reis, fizemos contato com nosso único informante até o momento, Dêlcio Bernardo. De família tradicional jongueira, Dêlcio é irmão de Rosalvo Bernardo, um dos jongueiros de Angra com muitos conhecimentos e histórias para contar sobre o assunto, como constatei em conversa posterior. Além de servidor público, funcionário da Casa de Cultura de Angra, Dêlcio é integrante do Movimento de Consciência Negra Ylá-Dudu, que tem tido atuação fundamental na articulação de jongueiros de diversas localidades de Angra dos Reis, como Mambucaba, Morro do Carmo e Bracuí. Como estávamos na Semana da Consciência Negra, pudemos observar a atuação do grupo na cidade e sua relação com o jongo. Devido à data, Dêlcio esteve bastante ocupado na produção da festa – que aconteceria com roda de jongo, capoeira e apresentação musical na praça principal da cidade, a praça do Cais do Porto.

Em entrevista com ele, na Casa de Cultura, foi possível verificar, conforme consta em registro sonoro, grande articulação política do entrevistado – que cursou pós-graduação em Raça e Etnia, na Universidade Federal Fluminense, UFF, no Rio de Janeiro. Além de contar sobre a relação de sua família com o jongo, relatou diversos problemas sociais relacionados a esse bem, como o alcoolismo (muito forte em Angra), a pobreza e a falta de apoio por parte da prefeitura e outros órgãos governamentais – o que pudemos constatar em visita a alguns mestres jongueiros e na observação das rodas de jongo.

Estivemos na sede do grupo Ylá-Dudu para assistir à exibição do filme *Na rota dos Orixás* com posterior debate entre os presentes (parte da comemoração da Semana da Consciência Negra, organizada pelo grupo). Compareceram ao evento representantes de alguns terreiros da região, alguns professores da UFF de Angra e outros interessados na questão negra. Foi uma oportunidade de apresentar o projeto INRC do Jongo ao grupo Ylá-Dudu, que assinou a declaração de interesse de registro do bem para ser anexada ao inventário.

No dia seguinte havíamos combinado uma visita à região rural do Bracuí, para entrevista com Mestre Zé Adriano, Guache e outros jongueiros importantes de Angra. Entretanto, por conta de alguns desacertos na produção do evento que se realizaria naquela

noite, esperamos muito tempo até que Délcio fosse liberado. Sendo assim, dividimos nossa equipe: partiram duas pesquisadoras para o Morro do Carmo (onde presenciaram uma roda de jongo com diversos jongueiros antigos, fotografando e registrando vários depoimentos), e eu aguardei a solução das pendências, interessada em conhecer o Bracuí ainda naquele dia. Como só solucionamos tudo em cima da hora, fui com Délcio na missão de avisar a alguns mestres sobre a festa e a viagem que se realizaria no dia seguinte, rumo ao VIII Encontro Nacional de Jongueiros, em Guaratinguetá, SP.

Deveríamos, além de transmitir esses recados, pegar os tambores para o evento da noite. Fizemos várias visitas rápidas em que pude fotografar as pessoas e, às vezes, apresentar o projeto superficialmente. Conheci Zadir Rita do Espírito Santo, e à noite pude conversar com ele e obter mais algumas informações sobre sua experiência no jongo. Fomos também à casa de Mestre Rosalvo Bernardo, irmão do Délcio, com quem conversei longamente. Ele me contou muitas histórias, falando sobre a relação do jongo com a cana-verde,¹ enfatizando que antigamente era dançado mais vezes, revelando casos (como o da bananeira que crescia e dava cacho numa só noite e o do lenço que aparecia com frutas dentro, misteriosamente, no meio da roda). Infelizmente esses depoimentos preciosos foram perdidos por conta de problemas técnicos com o aparelho de MD, mas as informações ali conseguidas foram enriquecedoras para uma compreensão inicial do jongo na comunidade e para comparação com outras entrevistas que conseguiríamos até o final da viagem.

À noite, na festa da consciência negra, pudemos observar o jongo e gravar uma entrevista breve com o Sr. Zadir. Ele estava um pouco embriagado e me confidenciou que, de cara limpa, não se podia fazer o jongo bem feito, como ele sabia. Contou que sua família, quando ainda morava em Mambucaba, dava muito jongo e acendia sempre fogueira para São João e São Pedro, de quem seu pai era devoto. A comunidade jongueira de Mambucaba se desfez, indo seus integrantes para diversas localidades de Angra, quando da instalação da Eletronuclear, empresa de energia. É curioso ressaltar que essa mesma empresa hoje financia e apóia o jongo em algumas iniciativas como cessão de ônibus para deslocamento dos jongueiros e tecidos para figurino.

A roda de jongo na praça contava com poucos integrantes, em torno de 20 pessoas, número de participantes bastante inferior ao observado no jongo do mesmo grupo no Encontro em Guaratinguetá. Os cantadores eram em sua maioria bastante jovens,

¹ Segundo seu Rosalvo, dança rural que poderia ser dançada depois do jongo, “para descansar”. Necessita de ensaio dos casais participantes, “pra que saia tudo direitinho”. Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, registra que se trata de “dança (...) constando de uma roda de homens e mulheres, divididos os sexos em seções que se defrontam, cantando e permutando os lugares, formando pares”.

provenientes de algumas famílias tradicionais jongueiras, como o próprio Délcio e o rapaz conhecido como Marisco. Dentre os antigos destacavam-se Zadir, que já mencionei, e Guache, do Bracuí, que entrevistei em Guaratinguetá. Pude observar a força peculiar dos pontos, como são denominados os cantos do jongo. Quando alguém parava o tambor e puxava um novo ponto, ouviam-se gargalhadas e reações imediatas dos participantes, lembrando histórias relativas àquilo que era cantado – e que permanecia obscuro para os não conhecedores daqueles códigos, como eu. No jongo de Angra dos Reis, dança um casal por vez: um cavalheiro convida uma dama, dançam um pouco, e ele sai; a dama convida outro, saindo em seguida, e assim sucessivamente.

No dia seguinte subimos o Morro do Carmo mais uma vez, então para conversar com Mestre Carmo de Moraes. Com 60 anos, bastante doente e desanimado, começou a responder nossas perguntas. Seu ânimo, entretanto, aumentava à medida que nos relatava histórias de sua mocidade, acontecimentos pertinentes ao jongo, sua experiência como combatente da Segunda Guerra Mundial e sua devoção a Nossa Sra. Aparecida.

Contou-nos que foi atingido muitas vezes na guerra, mostrou cicatrizes e revelou ter ficado enterrado durante horas. Sobre o jongo, falou da comunicação cifrada dos pontos, contando sua demanda com tia Luíza, do alto do Morro do Carmo, “demanda fraquinha”, coisa de amigo. Relatou também “acontecimentos sinistros, feitiços brabos e encantamentos”, como quando um homem foi enfeitiçado, caindo de quatro e pastando, bastando para isso uma rodada de saia de uma jongueira antiga, “demandeira”. Além dos pontos de jongo, lembrou-se de muitas canas-verdes, de cateretês e reis. Sua “dor” é já estar muito velho, sem poder sair de casa por conta de uma catarata – lembrança da guerra. Conversamos também com suas filhas e netas, num jogo muito divertido de descobrir a rima de um palavrório antigo sobre o jogo do bicho (ver relatório de Carla Ramos). Sua neta declarou que até gostava de ver o jongo, mas que tinha vergonha quando Mestre Carmo e sua esposa, seus avós jongueiros, participavam.

Chegamos a Guaratinguetá para assistir à mesa-redonda organizada para diálogo e intercâmbio entre as comunidades jongueiras por intermédio de suas lideranças. A produção do evento entende que as comunidades praticantes do jongo têm algumas dificuldades sociais comuns, como a discriminação (racial e cultural), o alcoolismo, a falta de apoio governamental, entre outras. Portanto, desde o Encontro de Angra dos Reis, em 2000, o evento acontece em dois dias: no primeiro há essa mesa para troca e reflexão entre os grupos, discussão e busca de solução para problemas comuns nessas comunidades (conforme entrevista de Délcio Bernardo, de Angra dos Reis). O dia seguinte é destinado às oficinas com os grupos participantes – que evidenciam suas particularidades – e suas respectivas

apresentações. Pudemos observar dois acontecimentos interessantes na mesa-redonda de Guaratinguetá: um, a valorização das diferenças entre os vários tipos de jongo, sobretudo as do jongo paulista em suas diversas formas, estando presentes representantes de Cunha, Lagoinha e Piquete, cuja manifestação é conhecida também como “jongo caipira”. Outro, o reconhecimento da importância da presença das crianças no jongo, para que possam observar, aprender e manter essa tradição.

Esse primeiro momento foi fundamental para os contatos com a produção do evento e apresentação do projeto de registro e inventário do jongo. Conversamos com Paulo Dias, do grupo Cachuêra, Paulo Carrano, professor da UFF e coordenador da Rede Memória do Jongo (rede de troca e discussão entre as comunidades jongueiras, pesquisadores e demais interessados no jongo), professor Hélio Machado (criador e organizador das três primeiras edições do Encontro Nacional do Jongueiros, no norte fluminense) e Marcos André, da ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha. Seu apoio foi importante na apresentação do projeto às lideranças jongueiras e na assinatura de declarações de interesse das comunidades pelo processo de inventário e pedido de reconhecimento do jongo como patrimônio e referência cultural brasileiros. Ressalte-se que um de nossos objetivos no evento era apresentar o inventário às “lideranças jongueiras” e colher assinaturas para o pedido de reconhecimento do bem, o que, aliás, fizemos no dia seguinte, no pavilhão.

Buscando as assinaturas, tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente com cada liderança, conhecendo um pouco mais das particularidades de cada grupo participante. A observação das rodas dos diversos grupos, as entrevistas com jongueiros e a atenção aos pontos contribuíram para a construção de um novo olhar sobre o bem, que acompanho, mediante os Encontros e investidas pessoais, há alguns anos.

É mister registrar que os presentes no VIII Encontro de Jongueiros em Guaratinguetá se compunham sobretudo de pessoas ligadas às comunidades praticantes do jongo e de pesquisadores, que filmavam, registravam e fotografavam de todos os ângulos. A frequência, no entanto, foi menor do que em eventos anteriores, como o de Angra dos Reis e o de Valença, quando um grande número de pessoas comparecia não só com interesse de pesquisa, mas também para dançar e observar as rodas.

Embora todos os jongs, caxambus, tambores e tambus estejam subordinados a uma única categoria, “jongo”, sobretudo por conta dos Encontros Nacionais (desde 1996) e da criação da Rede de Memória do Jongo, sua unidade simbólica e territorial é atravessada por diferenças essenciais, como a presença ou não de *mirongas* e feitiços, e ligações diversas com a religiosidade. Vários jongueiros, do lado de fora do pavilhão onde aconteciam as

apresentações em Guaratinguetá, diziam-me que aquilo que ouvíamos não era jongo, que o jongo era diferente, e que aquilo estava “mais para macumba”. Assisti a uma discussão interessante na beira da fogueira, com jongueiros de diferentes grupos em busca da batida “verdadeira” do jongo, fato, aliás, muito curioso, já que cada jongo tem batida (ritmo), instrumentação, canto e dança diferentes.

Em entrevista com Guache, jongueiro de Angra dos Reis, RJ, soube que na região rural do Bracuí as crianças sempre dançaram, sendo o jongo apenas um divertimento para seus participantes, como a cana-verde e o cateretê, outrora dançados na mesma região. Ao ser perguntado sobre feitiços e mirongas, respondeu-me que eu estava confundindo jongo com macumba, e que isso era outra coisa bem diferente. Curiosamente, entrevistados do Morro do Carmo, também em Angra, atestaram a presença de mirongas e feitiços, como o crescimento de bananeira em uma só noite e o aparecimento de frutas dentro do lenço da dançadeira (Sr. Rosalvo); o feitiço que fez um homem cair de quatro, pastando como um boi, bastando para isso a rodada de saia de uma “jongueira braba”, que teria cantado o ponto em silêncio (Sr. Carmo Moraes, do Morro do Carmo).

O jongo foi também associado, algumas vezes, a festas profanas (como o Dia da Consciência Negra) e religiosas, como nas festas de São Pedro, São João e Santo Antônio, com obrigação de se acender fogueira e dançar o jongo (Mambucaba), variando a data de acordo com o entrevistado (ainda que fossem da mesma localidade). Além disso, o Sr. Carmo, que acredita em oração, mas não em espíritos, ressaltou a importância de, antes de se entrar na roda de jongo, se apegar com algum santo próximo, com quem se tenha intimidade, para proteção durante a roda.

Para ressaltar a diversidade existente nesse extenso e rico universo simbólico denominado jongo foram importantes as informações sobre os grupos de São Paulo que nunca tinham participado dos Encontros (com exceção da comunidade de Tamandaré, em Guaratinguetá). Embora nem todos os grupos tenham participado do evento, a presença de representantes do jongo de São Luís do Paraitinga, Cunha e Lagoinha estimulou a discussão sobre a diversidade do bem. Desses grupos só pudemos observar o de Piquete e os batuques de umbigada de Tietê, Piracicaba e Capivari, que se mostraram bem diversos dos jongs anteriormente conhecidos (a um tempo, tão iguais e tão diferentes). É importante ressaltar que as anotações aqui registradas decorrem de observações durante o VIII Encontro de Jongueiros, e a essas circunstâncias se limitam.

O jongo de Piquete é semelhante aos cariocas na instrumentação e na dança, mas diferencia-se pelas melodias, caindo no gosto do povo pelo comando de Gilberto Augusto da

Silva, o Gil. Conta também com algumas coreografias ligadas a pontos específicos. O batuque de umbigada de Tietê, Piracicaba e Capivari, SP é bem diferente de outros grupos que se apresentaram. As células rítmicas são semelhantes às do tambor-de-crioula maranhense, com uma marcação e um tambor de improviso realizando frases semelhantes às do tambor grande solista maranhense. Constan também duas matracas, que estão presentes em outros grupos, como o de Pinheiral e o de Angra dos Reis (que também podem ser percutidas em caixote de feira). Já a coreografia é extremamente diversa, com casais em fila (uma de homens, outra de mulheres), todos dando uma umbigada ao mesmo tempo. Diferentemente do que acontece no jongo, em que a umbigada é apenas sugerida, aqui os ventres realmente se tocam. Os tambores afinados a fogo, as canções metafóricas, os desafios entre batuqueiros apontam para um parentesco; mas até que ponto manifestações tão variadas estariam contempladas sob o título (e sob o registro, inventário e tombamento) comum de um mesmo bem?

É interessante notar que embora o jongo açambarque manifestações tão distintas nos mais diversos aspectos, o registro e inventário pretendem contemplar todas as comunidades jongueiras, mesmo as não constantes no processo de registro. Nesse sentido, se mesmo o que se denomina caxambu ou tambor será contemplado, cumpre saber que limites são os desse bem cultural, se outros batuques do Sudeste estão a ele relacionados, e como registrar todos, contemplando e respeitando sua diversidade. Atentar para essa questão e discuti-la são missões importante de toda a equipe envolvida no Inventário de Referências Culturais do Patrimônio Imaterial e do Projeto Celebrações e Saberes.